



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

20 de setembro de 2017

A Notícia
Artigo
"Inventando gêneros"

Inventando gêneros / UFSC / Doutoranda / Filosofia / Daniela Rosendo / 3º
Seminário Inventando Gêneros / Joinville

ARTIGO

INVENTANDO GÊNEROS



**DANIELA
ROSENDO**

professora e doutoranda em
Filosofia na UFSC

Para entender como nossa sociedade é estruturada, utilizamos gênero como uma categoria de análise a partir da qual se compreendem as diferenças entre homens e mulheres, desvelando um sistema imbricado de opressões e privilégios que atribui papéis assimétricos a cada um deles. O lugar e a função de cada pessoa na sociedade são definidos a partir do que ela é: homens na esfera pública e mulheres na esfera privada. Nessa lógica, sem a lente de gênero, sempre que uma mulher cruza esse limite, a violência contra ela é justificada e legitimada pela sua "insubordinação". Por isso, precisamos dessa categoria de análise para entender como funcionam o patriarcado e o machismo, dando respostas adequadas em direção a uma sociedade justa e igualitária.

Mas não é só o gênero que é construído socialmente. Sexo também o é. Corpos existem, de fato, em sua materialidade e suas diferenças. Mas há uma sequência sexo-gênero-desejo imposta socialmente que determina que o sexo masculino/feminino deve corresponder ao gênero masculino/feminino, respectivamente, e ambos ao desejo heterossexual. Quando rompemos com essa

lógica binária, reconhecemos que uma visão estreita e conservadora sobre orientação sexual e identidade de gênero não reconhece a diversidade.

Machismo e imposição de um padrão hetero e cisnormativo são violência e matam. Segundo o Ministério da Saúde, a cada duas horas e meia, uma mulher sofreu estupro coletivo no Brasil em 2016. A cada dois segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal (Instituto Maria da Penha). A cada 25 horas, uma pessoa LGBT morreu vítima de violência no Brasil em 2016 (Grupo Gay da Bahia).

Só neste ano, já foram 262 mortes. Outra pesquisa, feita pela Universidade de Columbia, identificou que adolescentes gays são cinco vezes mais propensos a tentar suicídio do que os heterossexuais, sendo o local de convívio social um dos fatores com mais influência. Por outro lado, uma pesquisa feita pela Faculdade de Medicina Johns Hopkins identificou uma redução significativa na taxa de suicídio entre jovens após a aprovação do casamento entre homossexuais nos EUA.

Por isso tudo, visibilidade importa. Desconstruir preconceitos e discriminação também. Nesta semana, com a realização do 3º Seminário Inventando Gêneros, em Joinville, temos a oportunidade de dialogar sobre esses temas com academia e movimentos sociais, a fim de construir uma cultura democrática de respeito à diversidade, pela liberdade de ser quem se é.

Diário Catarinense
Artigo
"De justiça e de 'justiça'"

De justiça e de 'justiça' / Cristiana Vieira / Unila / Professora / Prisão arbitrária / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Reitor / Universidade Federal de Santa Catarina

ARTIGO

DE JUSTIÇA E DE "JUSTIÇA"



CRISTIANA
VIEIRA
professora na Unila

A prisão arbitrária de Luis Carlos Cancellier, o Cau das lutas estudantis dos anos 1980, jornalista de O Estado, da assessoria parlamentar na Constituinte de 1988, advogado, atual reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, mas também o Cau filho do lavador de carvão de Capivari, da costureira e camponesa da Palmeira Alta, que nasceu e cresceu no meio rural e operário, foi o grande espetáculo do momento no circo das tragédias pessoais a serem expostas ao prazer alheio dos que se alimentam de restos, como hienas, como nas arenas da Velha Roma.

O processo é por obstrução de Justiça – de quem quer ver cumprida a Justiça – mas que passa pelo leitor menos atento como desvio de dinheiro, para o júbilo de seus algozes que ainda aguardam o grande momento de atacar a carniça. Esperam os leões partirem ao ataque para, com muito

menos trabalho e esforço, roerem o resto de carne colada aos ossos da presa.

Ao cidadão que ainda tem a esperança de viver uma grande virada, de ver os verdadeiros bandidos pagando por seus crimes e desmandos, resta o olhar atônito e espantado. Não haverá aplausos, só vergonha. Vergonha de ver quem sempre esteve à frente das mais marcantes lutas populares em favor da Justiça e da liberdade, privado de Justiça e de liberdade. Alguém que jamais fugiu a seus deveres ou precisou esconder-se de quem quer que seja. O jornalista que retornou aos bancos da universidade com mais de 40 anos de idade, para concluir o curso de Direito e transformar-se, em menos de 15 anos, no atual reitor da UFSC, paga o preço da paralisia de uma sociedade que não consegue mais reagir. Ouve-se que isto é absurdo, injustiça, perseguição. Mas nem mesmo a decisão da Justiça que o mandou soltar corrige a decisão da "justiça" que o mandou prender.

Um único alento, talvez: acreditar que os fatos serão esclarecidos, acreditar na força da verdadeira Justiça.

“As pressões iniciaram logo após a minha posse”

‘As pressões iniciaram logo após a minha posse’ / Operação Ouvidos Mucos / Universidade Aberta do Brasil / UAB / Prisão / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / UFSC / Entrevista / Rodolfo Hickel do Prado / Corregedor-Geral da UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Educação a distância / EaD / Polícia Federal / PF / Obstrução da investigação / Controladoria-Geral da União / CGU / Tribunal de Contas da União / TCU / Ministério Público Federal / MPF / Capes / Pedido de avocação / Corregedoria / Reitora em exercício / Alacoque Lorenzini Erdmann / Conselho Universitário / Comissão

NOTÍCIAS | OPERAÇÃO NA UFSC

(48) 3216-2956 Editora: Julia Pitthan julia.pitthan@somosnsc.com.br

(48) 3216-2950 Editora: Natália Leal natalia.leal@somosnsc.com.br

(48) 3216-2957 Editora: Raquel Vieira raquel.vieira@somosnsc.com.br

DIÁRIO CATARINENSE, QUARTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2017 6

“As pressões iniciaram logo após a minha posse”

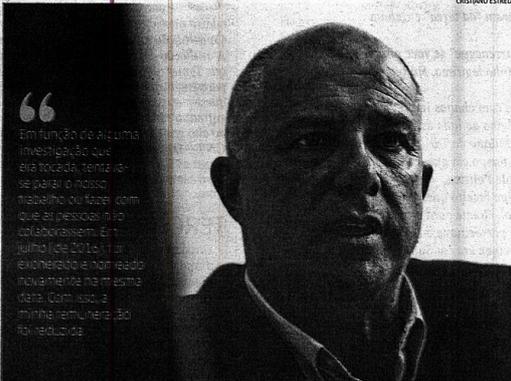
RODOLFO HICKEL DO PRADO

Corregedor-geral da UFSC que investiga desvio de bolsas para cursos de graduação a distância

SCHIRLEI ALVES schirlei.alves@somosnsc.com.br

Corregedor-geral da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rodolfo Hickel do Prado tem um papel de destaque na Operação Ouvidos Mucos, deflagrada pela Polícia Federal na semana passada. Ele é responsável pelo procedimento administrativo interno que investiga desvio de recursos públicos nos cursos de educação a distância (EaD) do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Além disso, recomendou em ofício entregue à Polícia Federal o afastamento do reitor Luiz Carlos Cancellier sob o argumento de que ele tentava obstruir a investigação. A suspeita foi considerada pela Justiça quando as prisões temporárias do reitor e de mais seis servidores foram decretadas na última quinta-feira.

Em entrevista ao DC ontem, o corregedor revelou que as pressões iniciaram antes mesmo da abertura de procedimento que investiga os supostos crimes. Segundo ele, houve tentativas de intervenções em investigações anteriores e seu salário chegou a ser baixado. Ele sugere ainda que a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) façam uma auditoria dos recursos investidos na universidade nos últimos 20 anos.



CRISTIANO ESTRELA

DEU NO DC

Edição de 15/9 mostrou os detalhes da Operação Ouvidos Mucos, que investiga o desvio de bolsas no programa Universidade Aberta do Brasil. O reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier, chegou a ser preso por um dia.

DC:

A OPERAÇÃO POLICIAL QUE ABALOU A UFSC

Quando recebeu a denúncia, como a corregedoria procedeu?

Recebemos a denúncia anônima em janeiro (deste ano). Analisamos, ouvimos algumas pessoas, chamamos a coordenadora do ensino a distância (EaD) e tocamos o curso normal para apurar os fatos. Quando começou a interferência (da reitoria), nós envolvemos todos os órgãos – CGU, Ministério Público Federal (MPF) e PF. De início, vieram alguns fatos de que havia supostos desvios e devolução de bolsas, verbas as quais nós se tinha acesso, dívidas de bolsas. A partir daí, começamos a buscar os elementos.

O senhor menciona em um ofício entregue à PF que a reitoria já havia recebido denúncia de irregularidade no pagamento de bolsas, mas que só manifestou interesse quando o nome do reitor foi ventilado no procedimento administrativo aberto pela corregedoria.

Sim. Segundo depoimentos, o reitor teve conhecimento em outubro do ano passado por meio de professores. Ele mesmo tinha competência para instaurar o procedimento lá no gabinete dele. Se ele tivesse instaurado, eu não poderia mais instaurar. A responsabilidade é de quem abre o procedimento.

E como o reitor soube da investigação da corregedoria se o procedimento era sigiloso?

Quem levou a informação de supostos desvios de recursos à Capes, em Brasília, fui eu. Dênei claro o caráter sigiloso do processo administrativo e fiz um ofício solicitando informações. Furneci dois e-mails (pessoais) para garantir o sigilo. Para minha surpresa, em poucas horas, o reitor já tinha conhecimento da minha ida à Capes e do que eu havia solicitado. A Capes compartilhou infor-

mações com o gabinete e com pessoas que são alvo de investigação por e-mail.

Como foi o pedido de avocação (quando um órgão atribui a si o poder de julgar um caso) feito pelo reitor? Ele poderia ter acesso à investigação?

Primeiro, o reitor tentou (acesso) informalmente. Não permitimos porque o processo é sigiloso. Ele queria saber do que se tratava. Mas a resolução que estabelece as normas da corregedoria determina que o corregedor está subordinado ao reitor apenas na atividade meio (questões administrativas de deslocamento e material de trabalho, por exemplo). Não na atividade fim. Essa cabe ao corregedor seccional ou à CGU. Além disso, não tem como dar acesso a uma pessoa quando lhe está sendo imputada alguma responsabilidade, inclusive, que nós ainda estamos apurando.

Ainda no ofício entregue à PF, o senhor disse que sofreu ameaças de exoneração e pressões por causa da investigação. Como foi que isso aconteceu?

As pressões iniciaram logo após a minha posse (em maio de 2016), no sentido de que deveríamos nos limitar a instaurar apenas sindicâncias, e não processos administrativos. Em função de alguma investigação que era tocada, tentava-se parar o nosso trabalho ou fazer com que as pessoas não colaborassem. Em julho (de 2016), fui exonerado e nomeado novamente na mesma data. Com isso, a minha remuneração foi reduzida. O intuito foi de intimidação. Como isso não deu resultado, tentou-se subordinar a corregedoria ao gabinete do reitor, o que não aceitamos. A norma é explícita: a corregedoria é seccional do Executivo do governo federal.

Isso foi anterior à investigação do desvio de recursos nas bolsas. E depois, houve alguma intimidação?

Depois que comecei a investigar, houve a tentativa de avocação. Também ventilaram comentários pela universidade que eu seria exonerado e que os envolvidos poderiam ficar tranquilos.

Quais motivos levaram a reitoria a tentar acessar o processo?

Não posso falar pelo reitor. Acredito que, e isso é mera suposição, foi para tentar proteger alguns de seus pares ou até mesmo ele (reitor).

Dos cerca de 130 procedimentos abertos na corregedoria, quantos foram avocados pela reitoria?

Apenas dois. Esse que investiga o desvio de verba e outro que envolve uma denúncia de assédio (sexual) por parte de duas alunas – uma do curso de mestrado e outra da graduação. O assédio teria sido praticado por um aluno. Como o pedido de avocação no caso da denúncia de assédio também foi negado, o reitor resolveu anular a portaria que previa a instalação do procedimento de investigação da corregedoria.

O reitor pode anular um procedimento de investigação da corregedoria?

Não. Por isso o caso foi levado ao conhecimento do MPF e da CGU. A postura que temos tido, quando vemos algum indicio ou interferência por parte do gabinete da reitoria, é de encaminhar aos órgãos superiores.

O relacionamento institucional da reitoria com a corregedoria ficou abalado?

Não temos ressentimentos com ninguém. A reitora em exercício (Alacoque Lorenzini Erdmann) deixou claro que devem ser apurados todos os fatos deste caso. Vamos dar sequência ao trabalho e, em qualquer tentativa de obstrução, tomaremos as medidas cabíveis. É importante frisar que não podemos macular o nome da universidade num universo de quase 1,5 mil docentes. São exceções o que estamos vendo aí.

O senhor soube que o conselho universitário quer criar uma comissão para investigar os encaminhamentos institucionais adotados em relação aos cursos do EaD? Essa comissão pode influenciar os trabalhos da corregedoria?

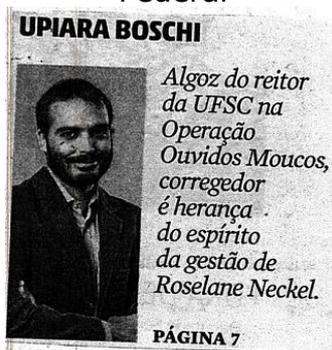
O objetivo é abafar. Em reuniões, já sugeri que façamos uma auditoria através da CGU e do TCU com relação aos últimos 20 ou 30 anos da universidade. É preciso saber para onde foi cada centavo dos recursos públicos. Estamos falando de uma universidade que tem orçamento de R\$ 1,5 bilhão para este ano. Para os milhões que vêm por projetos. Não podemos afirmar que existe alguma irregularidade, como não podemos afirmar que não existe. É preciso verificar.

Qual o destino que pode ter o procedimento da corregedoria?

Quando o procedimento investigatório chegar ao fim, vou elaborar um parecer. Se entender que há necessidade, instauro um processo administrativo disciplinar contra as pessoas envolvidas. Na sequência, é designada uma comissão de três servidores, que podem ser ou não da universidade. Eles apresentam um relatório final e o processo volta para a corregedoria para o último parecer. O julgamento normalmente fica por conta da reitoria. Mas, nesse caso, vou tentar levar o julgamento para a CGU.

Diário Catarinense Contracapa e Upiara Boschi "De Roselane para Cancellier"

De Roselane para Cancellier / Operação Ouvidos Moucos / Reitor / Rodolfo Hickel do Prado / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Corregedor-Geral da UFSC / Herança / Gestão Roselane Neckel / Perseguição / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Educação a distância / Polícia Federal



UPIARA BOSCHI
uplara.boschi
@comunicacao.com.br

De Roselane para Cancellier

Há quase seis anos, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) elegia para comandar a reitoria uma candidatura vinculada à esquerda do campus. Roselane Neckel, ex-diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, era também a primeira mulher no cargo e interrompia a continuidade do grupo político que comandava a UFSC desde 1996 – com Rodolfo Pinto da Luz, Lúcio Botelho e Álvaro Prata.

Seu mandato de quatro anos foi marcado por polémicas de gestão, críticas da direita e da esquerda do campus e por um amargo quarto lugar na disputa pela reeleição. Curiosamente, a Operação Ouvidos Moucos é subproduto de outra marca da gestão da ex-reitora: o questionamento aos atos praticados nas administrações dos antecessores.

Na época, professores e servidores ligados às gestões anteriores queixavam-se de havia caça às bruxas, como se os novos ocupantes da reitoria quisessem passar a limpo o passado da universidade. Em 2014, em entrevista ao DC, Roselane negou perseguição, mas afirmou que "a única forma de se modificar uma cultura organizacional que durante muito tempo baseou-se no 'sempre foi assim', é avaliar cuidadosamente como as questões foram feitas".

Roselane hoje é passado. A vitória de Luiz Carlos Cancellier em 2015 devolveu ao poder o grupo aliado na eleição anterior. Entretanto, o espírito da gestão da ex-reitora resiste em uma pessoa: o corregedor-geral Rodolfo Hickel do Prado. Foi ele que resistiu às supostas pressões contra a investigação de irregularidades no programa de ensino à distância e que municiou a Polícia Federal com os indícios que levaram ao afastamento de Cancellier do cargo e sua prisão por um dia, acusado de atrapalhar a apuração das possíveis fraudes.

Foi na gestão de Roselane que o Conselho Universitário autorizou a criação da Corregedoria-Geral da UFSC, em agosto de 2014. O mesmo conselho aprovou os nomes dos primeiro integrantes e a lista tripartite para o cargo de corregedor-geral apenas em novembro de 2015, quando ela já tinha sido rejeitada nas urnas do campus. Servidor de carreira da Advocacia-Geral da União, Hickel do Prado foi empossado no cargo no dia 4 de maio de 2016 – exatos seis dias antes de Cancellier assumir a reitoria.

Diário Catarinense
Viviane Bevilacqua
"Segurança na UFSC"

Segurança na UFSC / Simone Losso / Professora / Assaltos



VIVIANE BEVILACQUA:
viviane.bevilacqua@somosufsc.com.br
www.diariocatarinense.com.br/vivi

SEGURANÇA NA UFSC

Recebi um e-mail da professora Simone Losso, na segunda-feira. Ela contava que, naquele mesmo dia, ao chegar ao campus da UFSC, presenciou uma cena chocante: uma jovem acabava de ser assaltada e, de tão nervosa que estava, mal conseguia falar e preferiu não fazer Boletim de Ocorrência, por medo. "Há poucos dias minha filha foi assaltada a mão armada na UFSC. Eu já fui assaltada duas vezes e meu filho também. Na verdade, já é o quarto celular que compramos para o meu filho. Os outros foram roubados. Tudo isso é muito triste, pois se trata de um espaço de ensino (educação), e é inaceitável que continuem ocorrendo esses assaltos."

Os problemas de segurança no espaço da UFSC não são de hoje. Conheço outras pessoas que também foram assaltadas, e inclusive uma que escapou de um estupro porque teve coragem de começar a gritar, chamando a atenção das pessoas que estavam por perto, e o agressor se assustou e fugiu. A professora que escreveu à coluna fez também um desabafo no Facebook, onde critica a falta de segurança na universidade. "Dizem que a segurança é feita por monitoramento por câmeras. Grande piada. Minha filha foi assaltada às 19h a mão armada e cadê as câmeras? E as rondas? É feita com aquele carrinho que passa rapidinho? Parece piada." Entre várias outras considerações, Simone Losso pede que haja policiamento ostensivo no campus, para que as pessoas possam circular sem medo na universidade. "Não aguentamos mais tanta violência e impunidade", diz.

• • •

Esta questão da (falta de) segurança na UFSC é antiga. Nos últimos anos, a direção da universidade tomou algumas medidas para tentar conter a violência, como a ampliação no número de câmeras de monitoramento, poda de árvores, ajustes de luminárias para ampliar as áreas de iluminação e a intensificação das rondas. Só que parece óbvio que só isso não foi o suficiente, já que os assaltos continuam sendo rotineiros.

O tema é polêmico. O motivo está na jurisdição de quem compete atuar nessa área dentro da universidade. Legalmente, a área é federal e, sendo assim, a segurança da área compete à Polícia Federal e ao departamento interno próprio de segurança da UFSC, e não às polícias estaduais nem à Guarda Municipal. Os seguranças internos, ao que parece, são insuficientes para cobrir toda a extensão territorial da UFSC (são mais de 20 milhões de metros quadrados de área), e o local recebe um fluxo médio de cerca de 35 mil pessoas por dia. Uma equação difícil de ser resolvida, mas que está ficando insustentável.

**Notícias do Dia
Capa e Cidade**

“Força-Tarefa para análise de processos”

Força-Tarefa para análise de processos / Documentos apreendidos /
Operação Ouvidos Mucos / Polícia Federal / PF / Desvios de recursos
públicos / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Controladoria-
Geral da União / CGU / Tribunal de Contas da União / TCU / Luiz Carlos
Cancellier de Olivo / Reitor / Superintendente da CGU / Orlando Vieira de
Castro Júnior / Juíza / Janaina Cassol Machado / 1º Vara Criminal da Justiça
Federal de SC / Ministério Público Federal / MPF / Marjôrie Cristina
Freiberger / Interferência / Rodolfo Hickel do Prado / Corregedor-Geral da
UFSC / Corregedoria / Educação a distância

Documentos apreendidos na UFSC são analisados

Órgãos concentram forças na documentação recolhida na universidade. **PÁGINA 6**

Força-tarefa para análise de processos

Polícia Federal, CGU e TCU vão analisar documentação apreendida na UFSC durante a Operação Ouvidos Mucos

FELIPE ALVES
felipe.alves@noticiasdodia.com.br

Após a deflagração da Operação Ouvidos Mucos, na última quinta-feira, que apura desvios de recursos públicos dentro da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), os órgãos de investigação concentram forças em analisar toda a documentação apreendida pela PF (Polícia Federal). A CGU (Controladoria-Geral da União) em Santa Catarina, a PF e o TCU (Tribunal de Contas da União) trabalham juntos para analisar cada um dos processos de pagamento, pontuar as falhas e delimitar exatamente qual foi o valor do prejuízo. Na quinta-feira, o então reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo e outras seis pessoas ligadas à UFSC foram presas, mas liberadas no dia seguinte. Todos estão afastados dos cargos.

De acordo com o superintendente da CGU em Santa Catarina, Orlando Vieira de Castro Júnior, quatro servidores da controladoria estão com os peritos da PF e do TCU analisando os materiais apreendidos. "São vários processos e cada um será analisado individualmente. Vamos verificar se as pessoas que foram pagas realmente prestavam o serviço e a regularidade dos pagamentos", diz.

O prejuízo dos desvios ainda será calculado. "Os R\$ 80 milhões são quanto o governo federal destinou para esse programa. Agora o quanto desse dinheiro foi desperdiçado a gente só terá como saber depois que fizermos toda essa verificação dos processos de pagamento", afirma.

Nova coleta de provas, depoimentos, pedidos de prisões temporárias, conduções coercitivas ou afastamento de servidores não estão descartados. Os próximos encaminhamentos dependerão das análises em andamento.

A juíza Janaína Cassol Machado, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, foi a responsável por analisar as mais de mil páginas do processo, que chegou a ela em 5 de julho. Quase dois meses depois, Janaína decidiu por aceitar os pedidos de prisões que haviam sido requeridos pela PF e MPF (Ministério Público Federal). Na semana em que a operação foi deflagrada a juíza ficou doente e pegou atestado. Coube a outra juíza, Marjorie Cristina Freiberger, da 6ª Vara, decidir sobre o pedido de revogação das prisões temporárias.

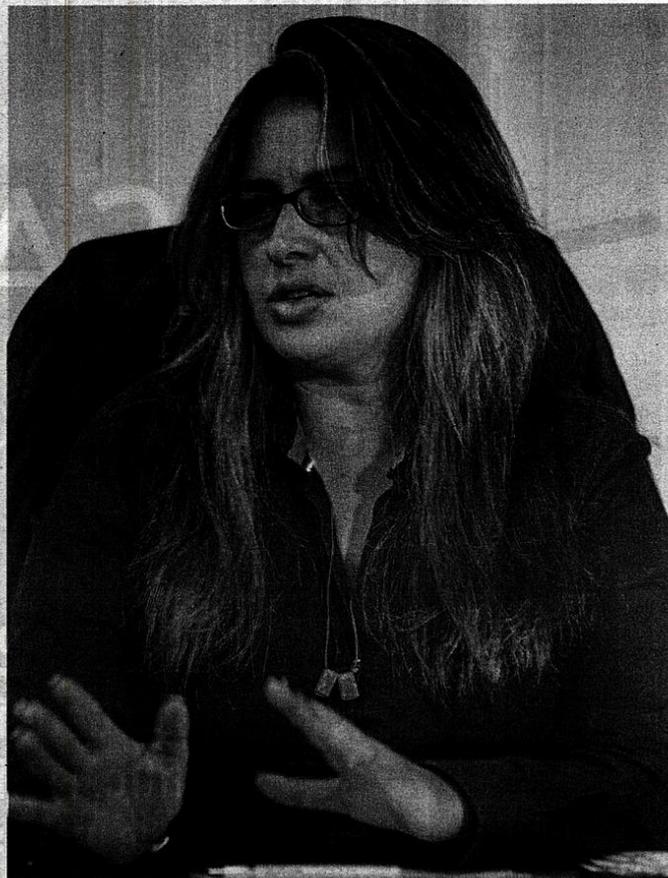
Janaína afirma que cada juiz tem independência para tomar decisões, mas reafirma sua decisão pela prisão temporária. "Eu entendo que há risco de interferência [por parte dos investigados que haviam sido presos] e mantenho minha compreensão anterior", diz. ●

“

São vários processos e cada um será analisado individualmente. Vamos verificar se as pessoas que foram pagas realmente prestavam o serviço e a regularidade dos pagamentos.”

Orlando Vieira de Castro Júnior, superintendente da CGU em Santa Catarina

Janaína, juíza da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, retoma o processo



MARCO SANTAGONINI

Processo chegou à juíza em sigilo máximo

■ O processo eletrônico chegou às mãos da juíza Janaína Cassol Machado com o nível 5 de sigilo (o máximo existente). Desde então, somente ela e um oficial de gabinete tiveram acesso à análise do processo. "Entendi que era uma situação delicada e, nesse caso, eu não baixei o nível do sigilo", afirma. Os pedidos de prisões, conduções coercitivas e afastamentos de cargos feitos pelo MPF e PF foram entendidos por ela como "corretos,

adequados e razoáveis".

A juíza voltou ao trabalho na última segunda-feira e agora analisará os documentos anexados desde a última quarta-feira dentro do processo. Novas conduções, possíveis prisões ou afastamentos de cargos só devem ser requeridos pelo MPF ou PF, que têm 90 dias, a partir da assinatura da decisão da juíza (em 28 de agosto), para se manifestarem sobre novas apreensões.

Corregedoria da UFSC não cedeu às pressões

■ O corregedor-geral da UFSC, Rodolfo Hickel do Prado, detalhou ontem como foi o início do processo administrativo que deu origem à Operação Ouvidos Mucos. Segundo ele, houve pressões e interferências, mas a corregedoria "não cedeu".

A primeira denúncia foi anônima e chegou à corregedoria em janeiro deste ano. Com o início da apuração, novas denúncias e fatos foram surgindo. "Vimos a descobrir, através dos depoimentos, que o reitor teve conhecimento em outubro e novembro do ano passado de supostos desvios de recursos públicos do

curso de educação a distância, tanto de bolsas quanto de custeios", afirma Prado.

De acordo com o corregedor, "houve algumas tentativas de obstrução por parte do reitor para que não se aprofundassem as investigações". Mas o processo continuou administrativamente e só foi paralisado quando o procedimento foi levado à PF, MPF e TCU, que começaram a investigar. Conforme a defesa do reitor Luiz Carlos Cancellier, ele prestou todos os esclarecimentos à delegada responsável pelo caso e não cometeu nenhum ato ilegal.

Notícias do Dia Região

“Fórum para a crise no transporte”

Fórum para a crise no transporte / Mobilidade urbana / Rede Metropolitana de Transporte Coletivo / Observatório da Mobilidade Urbana / UFSC / Suderf / Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis / Comissão especial

Fórum para a crise no transporte

Durante apresentação da Rede Metropolitana, Palhoça alinhou comissão para discutir problemas

BRUNELA MARIA

redacao@noticiasodia.com.br

Debate sobre a mobilidade urbana de Palhoça, indicando problemas e soluções para o transporte público através da perspectiva dos moradores e representantes do poder público. Esse é o objetivo de uma comissão especial, criada na noite de segunda-feira, durante a apresentação da nova Rede Metropolitana de Transporte coletivo, proposta pelo governo do Estado, com apoio do Observatório da Mobilidade Urbana da UFSC.

Segundo o vereador Luciano Pereira (PSB), a intenção é contribuir com o trabalho que vem sendo conduzido pela Suderf (Superintendência de Desenvolvimento da Grande Florianópolis) e dar vazão às reclamações dos usuários. “Ela deve ficar pronta até a próxima semana e terá membros do poder público, da concessionária que atua na cidade e da população. Juntos vamos apontar, por exemplo, ruas não contempladas pelo

transporte, pontos depredados, entre outras questões”, antecipa. Por enquanto, conforme Pereira, não foi definido um horário e dia específicos para os encontros desse grupo. A expectativa é de que até um telefone 0800 seja colocado à disposição para a coleta de informações da comunidade. “Na primeira reunião vamos organizar os trabalhos e a partir disso afinar os detalhes. Quero ver se conseguimos fazer uma linha 0800, mas com resposta mais rápida e através do meu gabinete vou monitorar as reclamações e cobrar as posições”, promete.

O parlamentar criticou a primeira proposta apresentada pela Suderf e pela UFSC para a cidade. Ele lembrou que as linhas troncais apresentadas já são operadas atualmente pela concessionária Jotur. Entre as principais reclamações da população estão a qualidade dos ônibus, os atrasos e a superlotação. Nas áreas mais distantes houve recentemente a troca da empresa operadora e o serviço ainda não atende a todas as necessidades.



Mesmo que a maioria das viagens se destine a Florianópolis, nossa proposta é aumentar a conectividade dos municípios da região Metropolitana e fortalecer a econômica e financeiramente.”

Cassio Taniguchi,
superintendente
da Suderf

Plano prevê 40 linhas internas

■ Moradores, estudantes, empresários, vereadores, gestores públicos e representantes do Ministério Público conheceram a proposta da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo em Palhoça, na noite de segunda-feira. O projeto prevê que o município tenha 40 linhas internas e outras diretas para Florianópolis, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas. Entre as sugestões estão linhas com trajetos mais curtos na região leste de Palhoça, em Bela Vista e um novo itinerário para Alto Aririú e Laranjeiras Via Aniceto Zacchi. O projeto também identificou a necessidade de um trecho circular no centro, Passa Vinte e IFSC via Pagani. Uma conexão entre Palhoça e Kobrasol, segunda área da região metropolitana que mais atrai pessoas, também foi sugerida, junto com os ônibus entre Praia de Fora e Pinheira. “Mesmo que a maioria das viagens se destine a Florianópolis, nossa proposta é aumentar a conectividade dos municípios da região metropolitana e fortalecer a econômica e financeiramente”, destacou o superintendente da região metropolitana da Grande Florianópolis, Cassio Taniguchi.

Notícias do Dia Opinião

“Para dar um basta”

Para dar um basta / Lédio Rosa de Andrade / Desembargador / Professor / UFSC / Democracia / Estado Democrático de Direito / Pirotecnia midiática

PARA DAR UM BASTA

A história da humanidade é uma sequência de guerras, violências e hecatombes. Os poucos momentos de paz soem ocorrer quando triunfa a democracia. E democracia significa poder impessoal, preponderância do interesse público, respeito aos direitos individuais e às conquistas da humanidade substanciadas nos Direitos Fundamentais. Um dia chegaremos à democratização da economia. Todo agente público tem de respeitar a lei e, ainda mais, o seu uso. Manipular o Direito Positivo para fins pessoais, por questões políticas, por vaidade, ou para ter seu momento de



Lédio Rosa de Andrade

Desembargador do TJSC e professor da UFSC

celebridade midiática, significa atacar o Estado Democrático de Direito, que é uma importante conquista, resultado de muito sangue derramado. Por isso, defender a democracia é obrigação de todo cidadão. A história nos ensina. Os últimos holocaustos vivenciados pela humanidade sempre foram precedidos de instabilidade institucional e desrespeito à democracia. Basta ver

a República de Weimar pré-nazista, a sociedade italiana antes do fascismo e o Brasil no início da década de sessenta. Mas as gerações passam, a aprendizagem vinda do sofrimento se dilui, surgem novos fascistas e nazistas, autointitulados justiceiros e salvadores da pátria, e o espectro do terror volta a ameaçar, com os aplausos dos incautos.

Nosso momento é delicado. A vergonha da corrupção epidêmica, o descaço com as coisas públicas, as injustiças sociais convivendo com imagens de malas de dinheiro e desvio de montanhas de verbas públicas indignam toda a nação. É necessário conter esse descalabro. Mas isso com respeito às instituições democráticas. Estamos vivenciando o crescimento da tirania. Uma parte dos agentes públicos, responsáveis pela Justiça e pelo combate ao crime, estão jogando a Constituição Federal no lixo. Prendem sem fundamento só porque querem, usam o corpo e a imagem de pessoas de bem para pirotecnia midiática, destroem a vida alheia sem qualquer responsabilidade. Mais uma vez eles estão de volta. Precisamos pará-los. Já chega.

Enfoque Popular
Everaldo Silveira
"Vice assumiu"

Vice assumiu / Alacoque Lorenzini Erdmann / UFSC / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Operação Ouvidos Moucos / Polícia Federal / Ensino a distância / EaD

VICE ASSUMIU

A vice-reitora Alacoque Lorenzini Erdmann, assumiu o comando interino da UFSC no impedimento do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, afastado pela operação "Ouvidos Moucos", da Polícia Federal. Tipo, ele se "fingiu de surdo", ou fez "vistas grossas" para o esquema de desvios de verbas do Ensino à Distância (EAD).

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Ação conjunta reúne PF, CGU e TCU para analisar documentos
documentos apreendidos em operação na UFSC](#)

[Assaltos na UFSC: "Situação está insustentável", diz professora
De Justiça e de "justiça"](#)

[Ciro Gomes faz palestra em Joinville nesta quarta-feira
De Justiça e de "justiça"](#)

[Gabriel Ribeiro participa de colocação dos mastros no veleiro de
pesquisas ECO](#)

[Juíza afasta funcionário da Fapeu investigado por cobrar parte de
bolsas de professores da UFSC](#)

[Mapa digital mostra linhas de ônibus da rede metropolitana de
transporte coletivo](#)

[Márcio Pereira defende na Alesc demandas por serviços públicos em
Camboriú](#)

[Mário Motta: Rede Vida no Trânsito vai realizar um simulado nas
ruas de Florianópolis nesta quinta-feira](#)

Prefeitura de São José abre seletivo para professores

Primeira embarcação científica do Brasil é finalizada na Grande Florianópolis

Projeto recolhe o lixo

Psicólogos, pesquisadores e comunidade LGBT em SC protestam contra cura gay

Reitor Luiz Carlos Cancellier nega obstrução na UFSC e diz sentir-se um exilado

Justiça Federal manda afastar funcionário da Fapeu investigado por desvio na UFSC

“Tudo o que fiz foi legal e documentado”, diz reitor da UFSC